

PORTUGAL

↑ PSD PORTUGAL ↑ PSD PORTUGAL ↑ PSD



OPOSIÇÃO ÀS POLÍTICAS SOCIALISTAS

Rui Rio reconheceu no domingo, 30 de janeiro, um resultado eleitoral “substancialmente abaixo do esperado” nas legislativas. O PSD alcançou 28% (29,3%, se somarmos os votos das coligações nas Regiões Autónomas) dos votos



pág. 4

PSD

POLÍTICA DE COESÃO DEVE APOIAR A FIXAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Álvaro Amaro, eurodeputado do PSD, viu aprovadas, na semana passada, as suas propostas de alteração ao relatório sobre “a política de coesão como instrumento para reduzir as disparidades em matéria de cuidados de saúde”



pág. 5

PARLAMENTO

NOVOS DEPUTADOS DEVERÃO TOMAR POSSE EM MEADOS DE FEVEREIRO

Os 230 deputados eleitos nas eleições legislativas vão tomar posse na primeira sessão plenária da XV legislatura, que, se se repetirem os prazos de 2019, deverá realizar-se em meados deste mês



pág. 6

REGIONAIS

AÇORES VÃO PRECISAR DE AJUDA PARA COMBATER AUMENTO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO

O presidente do Governo dos Açores observou que os aumentos dos custos de produção vão ter “muitas consequências” na economia da região, que vai precisar de ajuda nacional e comunitária para combater esses “sobrecustos”

PSD ALCANÇA 76 MANDATOS



Rui Rio reconheceu no domingo, 30 de janeiro, um resultado eleitoral “substancialmente abaixo do esperado” nas legislativas, com o PS, que venceu o escrutínio com cerca de 42% dos votos, e o PSD, que alcançou os 28% (29,3% com os votos das coligações nas Regiões Autónomas).

“Fizemos uma excelente campanha. Não atingimos nem de longe, nem de perto os objetivos que queríamos e o PS é de longe o grande vencedor da noite”, afirmou Rui Rio, num hotel em Lisboa.

Rui Rio começou por saudar todos os portugueses que votaram, em especial no PSD, e cumprimentou os seus adversários, em particular o secretário-geral do PS, António Costa, “o vencedor da noite”, dizendo que já lhe tinha dado os parabéns por telefone. “Nós ficámos com um resultado substancialmente abaixo do que pensávamos que íamos ter, mas fizemos o orçamento de campanha de tal forma que, mesmo com este resultado, não há qualquer défice, não há qualquer dívida, por causa desta campanha”, afirmou.

Quanto ao conteúdo da campanha, Rui Rio voltou a dizer que foi “pela positiva”, com sessões de esclarecimento em vez de comícios. “É assim que se faz uma campanha eleitoral, fica aqui uma semente para as próximas”, disse.

O Presidente do PSD destacou, entre os vários pontos da mensagem da campanha, o maior rigor e atitude reformista na governação ou a perspetiva de dar “melhores empregos e melhores salários aos portugueses”, bem como “um país mais descentralizado”.

“O resultado que tivemos está muito longe do que entendíamos que devíamos ter, mas se agora houvesse outra campanha não tinha forma de dizer coisa diferente daquilo em que acreditamos”, destacou.

Segundo os dados provisórios da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (quando faltam ainda apurar os quatro deputados da emigração), em

226 lugares no Parlamento, o PSD conseguiu 76, dos quais 71 sozinho e cinco em coligação com o CDS-PP na Madeira e nos Açores.

O PSD venceu apenas no círculo eleitoral da Madeira, conjuntamente com o CDS-PP e conseguiu recuperar um deputado em Évora, um em Aveiro e outro em Lisboa.

No seu discurso no final da noite de domingo, Rui Rio atribuiu o resultado, fundamentalmente, à eficácia do PS no apelo ao voto útil, que classificou como “absolutamente esmagador à esquerda”, e realçou que o PSD até teve mais votos na maior parte dos distritos.

O PSD conseguiu cerca de um milhão e meio de votos em território nacional, contra 1,42 milhões há dois anos, numa eleição em que a participação aumentou.





PSD SAÚDA REDUÇÃO DA ABSTENÇÃO “NUM TEMPO DE PANDEMIA”

Numa breve declaração, o Secretário-geral do PSD saudou a redução da abstenção “num tempo de pandemia” e a normalidade com que decorreu o ato eleitoral, e deixou uma “palavra de apreço” aos membros das mesas de voto.

José Silvano começou por agradecer aos membros das mesas de voto que, por todo o país, “conseguiram criar todas as condições em segurança para que os portugueses pudessem votar”.

“Em segundo lugar, dizer que, num tempo de pandemia, com cerca de um milhão de confinados, a abstenção teve uma redução, ainda não se sabe se significativa, mas é uma redução. É também um sinal que é preciso relevar no dia de hoje”, afirmou.

Por último, o secretário-geral congratulou-se que o ato eleitoral tenha decorrido “com tranquilidade e responsabilidade no país todo, o que prestigia a democracia”.

Conhecidos os resultados, a abstenção situou-se nos 42%, o valor mais baixo nos últimos 10 anos.

RUI RIO VOTOU NA ESCOLA DO BOM SUCESSO, NO PORTO

No Porto, na Escola do Bom Sucesso, à saída da assembleia de voto na qual votou cerca das 12h00 de domingo, Rui Rio apelava à população que votasse e mostrou-se preocupado com os níveis de abstenção. “Já fizemos tudo aquilo que tínhamos a fazer, cumprimentos as nossas obrigações, eu e os demais candidatos, e provavelmente estamos todos com a mesma disposição, a aguardar os resultados”, disse.

Rui Rio lembrou que este não é o primeiro ato eleitoral que vive. “Já tenho tantos das destes no meu curriculum, seja a nível local, seja a nível nacional, que acabo ter um comportamento absolutamente normal”, respondeu.

O líder do PSD deixou um apelo ao voto, mostrando-se preocupado com a abstenção. “Apelo a que as pessoas votem (...) Por um lado, havendo a indefinição que há quanto ao resultado, aparentemente, as pessoas iriam votar mais, por outro lado temos a questão da covid,

que poderá levar pessoas a ter algum receio, o que vai dar no fim, não sei”, referiu.

“Cada um que faça como a sua consciência entender, mas que faça um esforço para votar”, apelou.

Quanto ao dia de reflexão, o Presidente do PSD afirmou ser “um apoiante” desse dia. “Sinceramente, simpatizo com essa situação, não simpatizaria muito com termos estado ontem aos gritos às 11h00 da noite e agora irmos todos votar”, explicou.

10.821.244 ELEITORES INSCRITOS

10.821.244 eleitores residentes em Portugal e no estrangeiro foram chamados a votar nas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, para escolher 230 deputados dos 22 círculos eleitorais. As assembleias de voto para as eleições legislativas abriram às 08h00 de em Portugal Continental e na Madeira, encerrando às 19h00. Nos Açores, as mesas de voto abriram e encerraram uma

hora depois em relação à hora de Lisboa, devido à diferença horária.

Tendo em conta a atual situação da pandemia, em que mais de um milhão de pessoas estavam em isolamento obrigatório por causa da covid-19, o Governo decidiu que estes eleitores poderiam votar presencialmente e recomendou que o fizessem num período específico, entre as 18h00 e as 19h00.

Para garantir a segurança sanitária do ato eleitoral e de todos os envolvidos, a Administração Eleitoral tomou várias medidas, “como a redução do número de eleitores inscritos por cada secção de voto para 750, e distribuiu mais de 100 toneladas de material sanitário pelas 308 câmaras municipais entre máscaras FP2 e cirúrgicas (25 por cada secção de voto), álcool gel (seis embalagens por cada secção de voto), batas, luvas e viseiras”.

Concorreram a estas legislativas antecipadas 21 forças políticas, o mesmo número do que em 2019, mas apenas 13 concorrem em todos os círculos eleitorais.



POLÍTICA DE COESÃO DEVE APOIAR A FIXAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE



Álvaro Amaro, eurodeputado do PSD, viu aprovadas, na semana passada, em sede de Comissão, as suas propostas de alteração ao relatório de iniciativa da Comissão do Desenvolvimento Regional, do Parlamento Europeu, intitulado “a política de coesão como instrumento para reduzir as disparidades em matéria de cuidados de saúde e reforçar a cooperação transfronteiriça no domínio da saúde”.

Álvaro Amaro procurou reforçar neste relatório “a necessidade de se redobrar a atenção sobre os cuidados de saúde prestados em regiões com graves constrangimentos, como as regiões de baixa densidade e as regiões ultraperiféricas, onde a pandemia evidenciou as fragilidades de muitos serviços de saúde”.

Para o eurodeputado, “a falta de profissionais de saúde em zonas rurais e remotas é outro dos desafios que os fundos europeus devem procurar resolver”. O relatório pede que os fundos da política de coesão sejam utilizados para melhorar as condições de trabalho no setor da saúde, mas o eurodeputado foi mais além e defendeu que “não só é importante que a UE possa apoiar a fixação dos profissionais de saúde, mas também das suas famílias, bem como garantir que têm à sua disposição oportunidades de formação contínua e de especialização e, muito importante, boas condições no local de trabalho. Só assim se sentirão motivados a iniciarem ou a retomarem o exercício da sua atividade nestas áreas”.

Nas suas propostas de alteração, o eurodeputado social-democrata defende ainda a saúde em linha como alternativa para garantir a igualdade no acesso à saúde, apesar de “nem todas estas regiões dispõem de tecnologias de ponta ou sequer acesso à internet de banda larga”. “É também, por isso, importante promover a literacia digital em todas as faixas etárias da população e, por outro lado, garantir o acesso a internet de banda larga nas zonas rurais e remotas e, muito concretamente, apetrechar os serviços de saúde com os meios tecnológicos necessários para garantir a eficácia desta alternativa”, acrescentou.



NOVOS DEPUTADOS DEVERÃO TOMAR POSSE EM MEADOS DE FEVEREIRO

Os 230 deputados eleitos nas eleições legislativas vão tomar posse na primeira sessão plenária da XV legislatura, que, se se repetirem os prazos de 2019, deverá realizar-se em meados de fevereiro.

No entanto, a data da primeira sessão parlamentar está dependente de vários prazos legais. De acordo com o artigo 111.º-A da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, o apuramento geral dos resultados da eleição em cada círculo eleitoral terá de estar concluído “até ao 10.º dia posterior à eleição”.

Quer isto dizer que, até dia 9 de fevereiro, o apuramento geral dos resultados de todos os círculos eleitorais deverá estar terminado, sendo que tradicionalmente os círculos da emigração são os que demoram mais tempo a ser concluídos.

Posteriormente, e depois de ter recebido as atas de apuramento geral de todos os círculos eleitorais, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) elabora e faz publicar em Diário da República um mapa oficial com o resultado das eleições.

De acordo com o artigo 115.º da lei eleitoral para a Assembleia da República, a CNE dispõe de oito dias para a publicação desse mapa oficial. Contudo, este prazo não tem sido habitualmente esgotado.

Após a publicação do mapa oficial em Diário da República, “a Assembleia da República reúne por direito próprio no terceiro dia posterior ao apuramento dos resultados gerais das eleições”, conforme estabelece o artigo 173.º da Constituição.

Em 2019, as eleições realizaram-se em 6 de outubro e o mapa oficial dos resultados foi publicado em 22 de outubro, com a primeira reunião plenária a realizar-se no dia 25, 19 dias depois das legislativas.

Há dois anos, chegou a estar em cima da mesa a possibilidade de o primeiro plenário se realizar em 22 de outubro, mas um recurso interposto pelo PSD junto do Tribunal Constitucional, pedindo a revisão da contagem dos votos nos dois círculos da emigração, adiou a publicação dos resultados oficiais.

Nessa primeira sessão plenária da XIV legislatura, o socialista Ferro Rodrigues foi eleito, pela segunda vez, presidente da Assembleia da República com 178 votos a favor, 44 brancos e oito nulos, numa eleição em que foi candidato único.

Em 2015, as eleições realizaram-se em 4 de outubro e o mapa oficial foi publicado em 20 de outubro, e a primeira reunião plenária foi no dia 23, igualmente 19 dias após as legislativas.

Em 2011, as eleições realizaram-se a 5 de junho de 2011 e o mapa oficial dos resultados foi publicado no dia 17. Três dias depois (apenas 15 após as eleições), em 20 de junho, decorreu a primeira sessão plenária da XII legislatura, com Assunção Esteves a ser eleita Presidente da Assembleia da República no dia seguinte depois de Fernando Nobre falhar por duas vezes a eleição.

Assim, se os prazos forem semelhantes aos das três últimas legislaturas, a primeira sessão plenária deverá decorrer na semana de 14 a 18 de fevereiro. Na semana anterior, deverá realizar-se uma conferência de líderes parlamentares – para tratar de matérias como o posicionamento dos lugares no plenário em função dos resultados – e uma comissão permanente, o órgão que se reúne fora do funcionamento normal do plenário.

Na primeira sessão plenária de cada legislatura, segundo a praxe parlamentar, um deputado do maior partido convida o presidente da Assembleia da República cessante – ou um “vice” da mesma bancada, caso este não seja deputado, como será o caso de Ferro Rodrigues, ou até o deputado mais velho, como sucedeu em 2015 com Alberto Martins – para conduzir a reunião como presidente interino até se realizar nova eleição, nesse mesmo dia.

Depois de lido o relatório da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, têm lugar as eleições para os cargos de presidente da Assembleia da República, vice-presidentes, secretários e vice-secretários da mesa.

DEPUTADOS DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA QUEREM DEFENDER OS INTERESSES DAS NOVE ILHAS



O presidente do PSD/Açores e mandatário da candidatura da AD/Aliança Democrática à Assembleia da República mostrou-se ontem confiante “na capacidade que os nossos deputados eleitos terão para defender da melhor forma os interesses dos Açores”.

José Manuel Bolieiro falava após serem conhecidos os resultados eleitorais, que fizeram eleger dois deputados da AD/Aliança Democrática (PSD, CDS-PP e PPM) pelos Açores, Paulo Moniz e Francisco Pimentel, frisando que “o que está agora em causa é, depois de escolhido um governo para Portugal, podermos contar com os deputados eleitos para defender os interesses dos Açores”, afirmou.

“Eles terão a capacidade de reconhecer as matérias que são essenciais para o desenvolvimento dos Açores, perante uma governação que não pode esquecer nenhuma parte do país”, disse o líder social-democrata.

José Manuel Bolieiro foi acompanhado na reação aos resultados eleitorais pelo presidente do CDS-PP/Açores, Artur Lima, e pelo líder regional do PPM, Paulo Estevão, responsáveis pelos outros dois partidos que compunham a coligação.

Para o cabeça de lista da AD/Aliança Democrática, Paulo Moniz, “estamos agora eleitos para defender todos os açorianos por igual, cada uma das nossas nove ilhas e os Açores por inteiro”, garantiu.

O deputado reeleito falou de “uma nova e renovada caminhada em que levaremos sempre os Açores no coração e cada um dos açorianos na consciência”, numa missão “de não desiludir nem defraudar as expectativas de todos quantos em nós confiaram e de todos os açorianos, que terão em nós aliados de confiança, com a certeza de que tudo faremos para resolver problemas e concretizar soluções”, concluiu.

AÇORES VÃO PRECISAR DE AJUDA PARA COMBATER AUMENTO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO

O presidente do Governo dos Açores observou que os aumentos dos custos de produção vão ter “muitas consequências” na economia da região, que vai precisar de ajuda nacional e comunitária para combater esses “sobrecustos”.

Em declarações após a apresentação do relatório de sustentabilidade do grupo empresarial Finançor, em Ponta Delgada, dia 27, José Manuel Bolieiro alertou para as “muitas consequências” previstas para a economia açoriana devido ao aumento da inflação e do custo das matérias-primas.

“[Vamos ter uma] especial sensibilidade no quadro nacional e comunitário para assegurar, desde logo, o reconhecimento da ajuda que vamos precisar para combater estes sobrecustos. A acrescentar aos da insularidade, [vamos ter] estes, que são de nível mundial, desde logo com o aumento significativo dos fatores de produção na nossa economia”, afirmou Bolieiro, quando questionado sobre as perspetivas para a economia do arquipélago.

O líder do executivo regional realçou que, “infelizmente”, não vai ser possível conter as consequências, porque “não estão no domínio” do Governo Regional.

“Temos de ser todos muito solidários uns com os outros. Desde logo as políticas públicas com a nossa economia privada e a nossa economia privada com os consumidores, para situações que nos tornarão, eventualmente, mais frágeis perante a concorrência e a competitividade universal”, assinalou.

A propósito do relatório de sustentabilidade da Finançor, José Manuel Bolieiro defendeu que os Açores podem ser um “bom exemplo” a nível mundial na “transição energética”, ambiental e climática.

“Que um projeto de desenvolvimento sustentável não fique apenas na responsabilidade das entidades públicas e pelas políticas públicas dos governos e, neste caso, do Governo dos Açores. Que também possa ser assumido, com grande afincamento de escrutínio, por parte das nossas empresas”, assinalou, realçando, contudo, que os Açores são “mais vítimas do que autores” das alterações climáticas.

No dia 26 de fevereiro, a Moody's antecipou que a inflação deverá continuar a aumentar este ano, antes de começar a cair em 2023, considerando que o aumento dos preços resulta de fatores temporários.

No dia 25, o Fundo Monetário Internacional (FMI) cortou a previsão de crescimento da

economia mundial para este ano em 0,5 pontos percentuais (pp.) para 4,4%, prevendo que os níveis mais altos de inflação deverão permanecer durante mais tempo do que o previsto, enquanto as disrupções nas cadeias de abastecimento e os preços elevados da energia se mantêm.

Segundo um relatório das Nações Unidas (ONU), divulgado a 13 de janeiro, a inflação, que se tornou negativa em muitos países europeus em 2020, acelerou acentuadamente no segundo semestre de 2021, fixando-se acima da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE). Este cenário é explicado pela ONU, em parte, pelo aumento dos custos das matérias-primas e da energia, aliado às ruturas nas cadeias de abastecimento e, “embora alguns desses fatores sejam considerados transitório”, existe “o risco de um período mais longo do que o previsto de inflação acima da meta” na zona euro.



PSD CRITICA GOVERNO POR RECUSAR PAGAR “SERVIÇO PÚBLICO” AÉREO PARA TRÊS ILHAS AÇORIANAS

As Comissões Políticas do PSD do Faial, Pico e Santa Maria acusaram o Governo de “desdém” e “desrespeito” pela recusa em pagar indemnizações compensatórias à SATA pelo serviço público nas ligações entre Lisboa e aquelas ilhas açorianas.

Em comunicado, dia 28 de janeiro, as Comissões Políticas de Ilha do PSD daquelas três ilhas defendem como “fundamental e urgente” que o Governo da República saído das eleições de domingo “dê a esta matéria o tratamento digno que merece”, nomeadamente com a “abertura de um concurso público para a exploração das rotas [aéreas] entre o continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria”.

Para o PSD, as “justificações atabalhoadas” dos ministérios das Finanças e das Infraestruturas e da Habitação “não desmentem cabalmente” que as ligações aéreas entre o continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria estão em risco, como noticiou hoje o jornal Expresso.

“A recusa do Governo da República em pagar indemnizações compensatórias à SATA Internacional – Azores Airlines pelo serviço público que a companhia presta nas ligações aéreas entre Lisboa e as ‘gateways’ da Horta, Pico e Santa Maria constitui um profundo desrespeito para com estas ilhas e para com todos os açorianos”, acusam os social-democratas.

De acordo com o PSD, no esclarecimento feito hoje a propósito da notícia do Expresso, os ministérios “tentam iludir os açorianos destas três ilhas, falando da comparticipação do Estado ao serviço público de ligações aéreas interilhas, que nada tem a ver com o que está em causa”.

Por outro lado, “o Governo da República, ao desculpar-se com o chumbo do Orçamento do Estado para 2022, está a faltar à verdade”.

“Não estavam inscritas quaisquer verbas para o pagamento de indemnizações compensatórias à SATA Internacional pelas ligações entre o continente e as ‘gateways’ da Horta, Pico e Santa Maria”, esclarecem.

As comissões de ilha criticam ainda “a falta de resposta do ministro das Finanças às diversas solicitações do Governo Regional dos Açores sobre este assunto”.

O PSD considera que a ausência de resposta ao executivo açoriano, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, “revela o profundo desdém com que o Governo da República do Partido Socialista olha para os Açores”.



“Esta postura irresponsável e de desinteresse do Governo é absolutamente condenável. Não compactuaremos, em circunstância alguma, com este género de atitudes centralistas”, alertam.

O PSD considera ainda a situação “reveladora da negligência com que o anterior Governo Regional do PS tratou o assunto, já que optou, irresponsavelmente, por varrer para debaixo do tapete o problema, nunca exigindo a abertura de um concurso público para estas rotas e obrigando a SATA Internacional – Azores Airlines a acumular milhões de euros em prejuízos”.

De acordo com o “Expresso”, a SATA “está impedida de fazer voos deficitários” e deve deixar de os operar quando tiver o plano de reestruturação aprovado, algo que deve acontecer “em breve”. A SATA Air Açores é a responsável pelas ligações aéreas entre as várias ilhas do arquipélago e a Azores Airlines liga a região autónoma com o exterior.

GOVERNO DA REPÚBLICA PÕE EM RISCO VOOS PARA HORTA, PICO E SANTA MARIA



Paulo Moniz mostrou indignação face ao risco “do governo socialista da República poder acabar com os voos de serviço público que ligam Lisboa à Horta, ao Pico e a Santa Maria”.

Após uma reunião com o presidente do Conselho Económico e Social dos Açores, o recém-eleito deputado ao Parlamento nacional disse que esse “é o confirmar da posição do governo socialista em relação aos Açores, acabando com aquele que é um serviço essencial para o desenvolvimento da nossa Região”.

Paulo Moniz explicou que “os voos de Lisboa para Horta, Pico e Santa Maria estão sob um contrato de obrigações de serviço público, mas ao que se sabe o Governo da República não estará disponível para pagar as indemnizações compensatórias, que permitem a existência daquelas ligações, como hoje se lê na imprensa nacional”, frisou.

“E não estamos a falar apenas de passageiros, pois isso inclui também a carga”, acrescentou o candidato, sublinhando que “caem assim por terra toda aquela atenção e cuidado, que tanto ouvimos os socialistas dizer que tem para com os Açores, nesta altura de campanha eleitoral”.

Questionado sobre a revisão da Lei das Finanças Regionais, Paulo Moniz avançou que a mesma “é absolutamente fundamental, pois vai permitir atualizar valores das transferências do Estado para a Região, para que a Autonomia não fique enfraquecida, e também para que os portugueses que vivem nos Açores não sejam

discriminados na prestação dos Serviços do Estado”, disse.

Nesse sentido, “colhemos um conjunto de informações em todas as ilhas da Região, que visitamos, incluindo contributos dos atores económicos, das populações, que permitiram uma leitura dessa interação, que trouxemos a esta reunião, e que devem ser plasmados na nova revisão da lei”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

FARO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 12 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 15H00, no Hotel Paraíso, sita na Rua do Município nº31, em Albufeira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

SECÇÕES

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Amares para reunir no próximo dia 11 de março 2022, (sexta-feira) às 18H00, na Sede, sita Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, Ferreiros - Amares, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
Notas: A votação para a eleição decorrerá das 18H00 às 22H00
As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Secção.

MARCO DE CANAVEZES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Marco de Canaveses, para reunir no dia 12 de março (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 20H00, na Sede Concelhia do PSD de Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral n.º 10, na Cidade de Marco de Canaveses (em frente à Câmara Municipal), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel para reunir, no dia 11 de fevereiro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, presencialmente na Casa do Luro, sita na Rua da Maragoça, 345, Valpedre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do relatório de contas do ano 2021;
2. Discussão e votação do plano e orçamento para o ano 2022;
3. Análise da situação política

Notas: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.
A Assembleia decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

SANTO TIRSO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos, convoca-se a Assembleia da Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 18 de fevereiro de 2022 (sexta-feira), pelas 21H00, no Restaurante Tirsense, sita na

Praça Conde São Bento 25, Santo Tirso, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise das Eleições Legislativas;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

Notas: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na hora acima fixada não estiverem presentes mais de metade dos militantes da Secção, os trabalhos terão início decorridos trinta minutos, com qualquer número de presenças.
A sessão será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir, 5 de março (sábado) de 2022, pelas 14H30, na Sede do PSD Seixal, sita na Av. M.F.A., n.º 11, Amora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas anuais da Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política de Secção;

Nota: As eleições decorrerão entre as 15H30 e as 17H30 na Sede do PSD Seixal;
As listas candidatas à Mesa da Assembleia de Secção e à Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem legalmente o possa substituir, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede do PSD Seixal.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de secção de Setúbal, no dia 10 de fevereiro (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23, 1º Esq. Em setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e votação das contas do ano de 2021;
3. Análise da situação político-partidária;

Nota: De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir em sessão ordinária, a realizar no próximo dia 11 de fevereiro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00, na sua Sede, sita na Rua 9 de Abril nº 1 A-3º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2021;
2. Apresentação, discussão e votação do orçamento para o ano de 2022;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos de interesse.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



V CONSELHO NACIONAL DA JSD

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoco o Conselho Nacional da JSD para reunir, ordinariamente, no dia 12 de fevereiro de 2022 (sábado), no distrito de Viseu, pelas 15h00, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Um – Informações e análise da situação política.

Ponto Dois – Apresentação, análise e votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2021.
Ponto Três – Apresentação, análise e votação do Orçamento para o exercício de 2022.
Ponto Quatro – Convocação, nos termos da alínea e) do artigo 33.º dos Estatutos Nacionais da JSD, do XXVII Congresso Nacional da JSD, e aprovação do respetivo Regulamento.
Ponto Cinco – Outros assuntos.

II CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o II Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2021/2023, para reunir no próximo dia 12 de fevereiro de 2022 (sábado), pelas 10h30m, no Centro de Negócios do Eco Parque Empresarial de Estarreja, situado no Eco Parque Empresarial De Estarreja, 3860-529, Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da proposta para Distinção de Militante Honorário;
- 2 – Aprovação das atas do I Conselho Distrital Ordinário e do I Conselho Distrital Extraordinário;
- 3 – Análise da situação política e balanço das eleições legislativas;
- 4 – Informações e outros assuntos de interesse.

Nota: Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Para o efeito será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

**ERRATA
ESTARREJA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Estarreja, a reunir no próximo dia 12 de fevereiro de 2022 (sábado), às 8h30m, na Sede do PSD Estarreja, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, 3860 – 365 Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Estarreja.
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 8h30m e as 10h30m.
Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção de mãos à entrada do local. Para o efeito será disponibilizado gel desinfetante e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Lousada, para o dia 10 de Fevereiro de 2022, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD Lousada, sita na Rua do Tojeiro, n.º 121, em LOUSADA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise das Eleições Legislativas 2022;
- 3 – Outros assuntos.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Rio Maior, a reunirem no dia 5 de Março 2022, pelas 15h:00 na sede do PSD/JSD Rio Maior sita na Av. Paulo VI, n.43 1-D, Rio Maior, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia e Comissão Política Concelhia.
Notas:
As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD Distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 15h00 e as 18h00.

SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Sabrosa para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 5 de março de 2022, na sede concelhia de Sabrosa, sita na Rua das Flores, nº9, R/c Esqº, 5060-321 Sabrosa, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Sabrosa.
Nota:
As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa do Congresso Distrital, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
As urnas, no dia 5 de março de 2022, estarão abertas entre 14H30 e as 16H30.